



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0024357-54.2007.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução (inativa)**
 Embargante: **Carlos Roberto da Silva**
 Embargado: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Carlos Roberto da Silva opõe embargos à execução fiscal que lhe move o Município de São Carlos, sustentando (a) inadmissibilidade de cobrança de taxa pelo serviço de coleta de lixo domiciliar (b) inadmissibilidade de adoção, para o IPTU, de alíquotas diferenciadas.

O embargado ofereceu impugnação, às fls. 19/22, sustentando que não está havendo a cobrança de qualquer taxa por serviço de coleta de lixo, vez que a lei que amparava tal exação foi revogada pela Lei nº 10.757/93, e que não está havendo progressividade no IPTU em razão da localização do imóvel, porque tal regime foi superado com a Lei nº 10.945/94.

Sobre a impugnação, manifestou-se o embargante, fls. 31.

Instadas a especificarem as provas a serem produzidas, fls. 33, silenciaram as partes, fls. 33vº.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 17, parágrafo único da Lei de Execução Fiscal, e art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Sobre o tema, cumpre lembrar que as partes foram instadas a especificar provas, conforme fls. 33, e silenciaram, veja-se fls. 33vº.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O STJ entende que "quando a parte permanece em silêncio diante do despacho que comandou a especificação de provas e do pedido de julgamento antecipado da lide, não pode investir contra o julgado por alegada ausência de estágio probatório" (REsp 160.968/DF, Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, 3ªT, j. 23/03/1999)

Trata-se de exegese que decorre de nosso sistema processual preclusivo e do princípio da boa-fé objetiva no processo, em razão da lealdade mínima exigível das partes, já que se a parte, instada a respeito, não requereu a produção de provas, não poderá, em venire contra factum proprium, posteriormente alegar cerceamento de defesa porque não aberta a instrução probatória.

No mesmo sentido: REsp 470.709/SP, Rel. Min. CASTRO FILHO, 3ªT, j. 06/04/2004; AgRg no Ag 206.705/DF, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, 4ªT, j. 03/02/2000.

Não se cogita de qualquer cerceamento de defesa, pois, no caso.

Indo adiante, rejeitam-se os embargos.

Os embargos apresentaram, como causa de pedir, a cobrança de taxas de coleta de lixo que, entretanto, como vemos nas certidões de dívida ativa dos autos principais, não estão sendo cobradas.

Cobra-se apenas IPTU.

Aliás, como informado pelo embargado em impugnação, desde a Lei nº 10.757/93 não se cobram mais tais taxas, no Município.

Quanto à progressividade do IPTU, diz-se o mesmo, porquanto ela foi suprimida pela Lei nº 10.945/94 e, no caso em exame, os tributos são todos posteriores.

O alegado em réplica, no sentido de que haveria, no caso, a cobrança disfarçada da taxa ou da alíquota progressiva de IPTU, além de não fazer sentido nem ter sido demonstrado, constitui proscriba inovação na causa de pedir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, REJEITO os embargos, condenando o embargante nas custas e despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 880,00.

P.R.I.

São Carlos, 13 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**